



ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DA PESSOA COM DEFICIENCIA – CONEDE

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, as quatorze horas e quarenta e nove no auditório da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC, aconteceu a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência – CONEDE biênio 2024-2026, estando presente a Sra. Jussara Pedrosa Presidente, o Sra. Emília Paiva Aguiar Vice- Presidente e o Sr. Pedro Penalber Secretário e demais membros: a Sra. Gicelly Lima da Costa representando a SES, Sra. Andresa Lima Pinheiro representando a SUHAB, a Sra. Marssicléa Brito dos Santos representando a SEC, a Sra. Maria Sheila de Souza Campos representando a SEC, João Gomes Esperança representando a ARSEPAM, Girlane Brasil de Castro representando a SEINFRA, a Sra. Priscilane Campos dos Santos representando a SEINFRA, o Sr. Moises Rosas Pereira representando a ASPOLPCD, o Sr. Rodrigo Zamargo representando a ASPOLPCD, a Sra. Valcilene Vilas Boas Barbosa representando o Instituto Asas pela Amazônia, a Sra. Maria de Fátima Batista de Brito representando o Instituto Asas pela Amazônia, o Sr. Euler Barreto Carneiro representando a ASPEDAM, o Sr. Joao Batista da Costa Paula representando a Associação dos Hemofílicos do Estado do Amazonas, a Sra. Natalia Ellen Ruiz Tapudime representando a FEAPAES, o Sr. João Climaco de Melo Junior representando o IAIDAM, a Sra. Hellen Cristina Prata da Silva representando a SEDUC, o Sr. Joao Gomes Esperança representando a ARSEPAM, a Sra. Mercedes Ferreira de Souza, representando a Associação Clube de Mães Dona Felicidade, o Sr. Leandro Lucas Alves representando o IPA, a Sra. Ana Maria Silva do Nascimento Melo representando o IAAM, Israelson Taveira Batista representando o Instituto Asas pela Amazônia.

A Presidente a Sra. Jussara Pedrosa deu início a reunião ordinária pedindo 1 minuto de silêncio em respeito, memória e reconhecimento ao Sr. Omar Maia dos Santos, Presidente da APADAM, falecido dia 27 de novembro do corrente. A Presidente expõe os sete itens para a reunião: 1 Discussão sobre as comissões temáticas (temporárias e permanentes); 2 Sistema de Informação de Gestão Eletrônica de Documentos (SIGED); 3 Revisão do



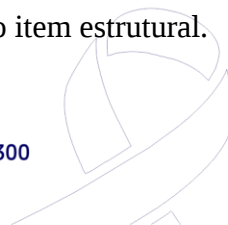


Regimento Interno do CONEDE de 2010; 4 Fotos para o Conselho para as Redes Sociais; 5 Confraternização do CONEDE; 6 Dia Internacional da PCD; e 7 Inscrições CONEDE.

A presidente solicitou a inversão do Item 1 para o item 7, que o item Comissões Temáticas fosse o último item afim da discussão ser mais aprofundada. Após a leitura da ATA feita pela Sra. Adélia de Fátima Assunção Dias, onde foi aprovada pela plenária. A Presidente relembrou durante a leitura da ATA sobre os crachás e certificados, que serão confeccionados após o exercício 2024 encerrar, quando irá iniciar o novo orçamento, inclusive com certificado. Em relação a equipagem da sala do Conselho de atendimento, informa que teve um edital pelo MDH, que pôde se inscrever tanto os conselhos ativos e as secretarias e a presidente fez a solicitação.

1º Item Inscrições do CONEDE: A presidente informa que chegaram e-mails e processos de solicitação de inscrições do Conselho e expõe em tela um documento elaborado o qual foi baseado nas ultimas inscrições, onde há as documentações necessárias para a sua respectiva, a Presidente relata também sobre a validação ou prazo do material, estabelece um prazo para a inscrição e sugere que seja criada uma comissão para visita técnica a fim de saber se a instituição de fato existe, se existe acessibilidade, relata que este é um fato que lhe preocupa pois foi feito um edital de chamamento público pela SEJUSC e não sabe se de fato as instituições receberam visitas técnicas, que as últimas instituições receberam visitas mas que de fato não “estavam tão bem quanto estavam apresentando”. A Presidente apresenta a minuta da documentação elaborada. Enquanto fala sobre os anexos referentes às documentações, a Presidente explana as situações que são encontradas durante os editais fechados com a SEJUSC, e explica sobre a minuta e diz que “o documento está criterioso que dá uma segurança jurídica com uma validade de confiança”. O Sr. Leandro Lucas questionou sobre o tempo de criação das associações e a presidente fala que irá incluir na minuta, que irá colocar como critério no mínimo dois anos. Explica sobre a resolução 12 do TCE, que fala sobre no mínimo 24 meses de criação. O Sr. Leandro Lucas conta que conhece instituições que existem há mais de 10 anos, mas que nunca receberam recursos.

O Sr. Rennan Lessa fala sobre o balancete remete a faturamento mensal, e balanço patrimonial seriam mesas, computadores, que cabe no item estrutural.





O Sr. Moisés Rosas pede a palavra e diz que gostaria de fazer uma ressalva, perguntando sobre instituições que não participam do edital e a Presidente fala que irá revalidar as inscrições, e o Sr. Moisés pergunta sobre as instituições que tem a pauta para PcD que queiram se inscrever no CONEDE mas que não tenha os dois anos completos, a mesma não irá receber recursos e nem emendas, a Presidente replica e pergunta: “Para que ele vai querer o certificado do CONEDE se ele não vai brigar por recursos?”. O senhor Moises relata que a instituições querem o certificado por questão de altruísmo e que a instituição a qual pertence, a ASPOL, não tem interesse nenhum em captação de recursos e que a mesma tem 2 anos de existência.

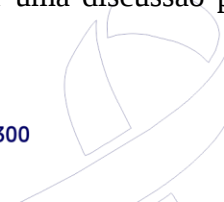
A Presidente sugere que as certificações para instituições que possuem menos de 2 anos, contenha alguma observação dizendo que a mesma possui tempo inferior a 24 meses. A Presidente pergunta da plenária se todos concordam com essa forma. O Secretário Geral, o Senhor Pedro Penalber fala que é uma norma em todos os conselhos e que não é só para recursos, mas sim uma norma de funcionamento. A presidente sugere que neste caso coloque na certificação ou declaração, que a instituição está devidamente escrita, mas que a certificação validará até que complete os 24 meses de existência.

A presidente pergunta da plenária se estão de acordo com a certificação.

O Sr. Moisés Rosas pede vistas quanto a minuta apresentada. A presidente deixa aberto para a discussão e análise, e deixa claro que, os pedidos de habilitação das instituições ficarão até fechar o documento. Sra. Emília Aguiar fala que, após o pedido de vistas irá ser colocado para a votação na plenária.

Sr. Pedro Penalber pede para ver o item 17, sobre as certidões de regularidade atualizadas.

A Presidente continua apresentando a minuta e fala que quando a documentação for finalizada irá ter uma comissão para a análise e validar a mesma. E que quando finalizar a reunião irá enviar por e-mail a minuta apresentada. O Secretário-Geral sugere ser pauta para a próxima reunião as sugestões de alteração da documentação. A Presidente sugere também que seja a pauta para a próxima reunião e para fechar pede que os membros tragam as sugestões de alteração. Relata saber que existem as organizações sem as declarações, a pauta para a próxima reunião é fazer uma discussão para regularizar e



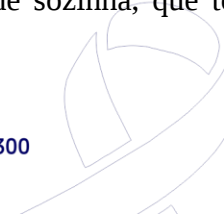


encerrar e poder disponibilizar para as instituições, com a definição de prazos. Sugere também que na próxima reunião seja tratado somente esta pauta e obter as minutas prontas pois a Presidente está sendo pressionada por causa das inscrições do CONEDE.

2ª Item - SIGED: a Presidente pede para abrir e expor os processos do SIGED, e pede para a Sra. Adélia Dias ler um dos processos mais antigos que estão na caixa, o processo 01.01.021101.001981/2021-30, que se trata de relatório de visita domiciliar de um PCD. Após a leitura do documento anexado ao processo, a Presidente fala que não sabe se houve alguma tratativa e pergunta se há algum membro do CONEDE da gestão anterior que soubesse do processo em questão, que saberia responder sobre a situação do processo em tela. O Sr. João Climaco relata que não sabe e não tinha acesso ao SIGED. A Presidente fala que há cerca de 11 processos antigos e que gostaria que formasse uma comissão para que possa dar finalidade, para a visita e dar seguimento nos processos e poder arquivá-los. O Sr. Leandro Lucas sugere que é preciso responsabilizar a gestão anterior.

A presidente gostaria de demonstrar a plenária que, há 11 processos na caixa do SIGED que não deram seguimento, que pode ter uma parte de responsabilidade da secretaria mas que neste caso a Secretaria relatou. A mesa foi interrompida pelo Sr. Euler (ouvinte) que questionou se não há equipe jurídica para auxiliar, para questionar da vara da Infância e da Juventude como está o andamento deste processo. O Secretário Geral Sr. Pedro fala para o Sr. Euler que o CONEDE é independente e que a SEJUSC não tem ingerência no Conselho, que neste caso foi culpa exclusivamente da diretoria anterior do CONEDE. A presidente sugere que seja criada uma comissão para analisar minuciosamente a papelada dos processos. O Secretário Sr. Pedro relata que há época fazia parte do Conselho e que não ficou sabendo do processo em questão. A Presidente mostra que há alguns processos em caixa para que a plenária tome conhecimento do que há na caixa do Conselho.

O Sr. Leandro Lucas Alves diz que o momento agora não é jogar a responsabilidade para a gestão passada e a Sra. Presidente responde que, enquanto gestora, tem responsabilidades que com o “bônus vem o ônus”, que tem que se cercar de uma equipe que seja capacitada para ajudá-la, a presidente declara que, “gosta de compartilhar o que acontece pois não gosta de ter uma responsabilidade sozinha, que todos tem que ter





conhecimento e que na gestão anterior as pessoas não tinham conhecimento, que talvez se a equipe passada tivesse conhecimento não estivesse como está agora”.

A Presidente sugere que toda documentação do CONEDE seja colocada no site da SEJUSC para deixar transparente, pois relata que está sendo complicado achar documentações anteriores. Os documentos das deliberações têm que ser colocados no portal da Secretaria, Sr. Pedro pediu para colocar em Ata e ir para votação. A sugestão do Secretário-Geral é que seja criada uma comissão que faça parte JUSTIÇA E SAÚDE, juntos.

3ª Item: Regimento Interno CONEDE:

A Presidente falou com a Dra. Ana Paula - Presidente do CONADE, e ela disponibilizou o regimento interno do Conselho Nacional, a proposta do regimento interno do CONADE é um regimento aberto, que evita de fazer revisões, é uma outra sugestão, criar uma comissão para fazer a revisão do regimento. A Presidente pede para que a Vice-Presidente a Sra. Emília Aguiar fale da sua representação no CONADE na 140ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CONADE que ocorreu dos dias 25 à 27 de novembro de 2024. A Vice-presidente relatou que a reunião se tratava de pauta única, que ficou dividido em 3 reuniões, onde trataram do retorno do CONADE, em relação a eleição do Conselho Nacional. A Vice-Presidente falou de algumas situações sobre a representação do CONEDE no Conselho Nacional, que o ideal nessa representação seria um por região.

A Presidente dá continuidade e fala sobre as fotos que serão tiradas no final da reunião, para que seja colocada no portal da transparência da Secretaria e que as fotos serão usadas no crachá de identificação. A presidente pergunta sobre as inscrições das cestas básicas, que houveram algumas instituições que não se inscreveram para recebê-las.

Continuando o próximo Item da Reunião, confraternização do Conselho: A última reunião dia 17, propõe um almoço de confraternização de fim de ano para os membros do conselho. Relata sobre a pauta da próxima reunião e sobre o calendário de reuniões futuras.





Próximo item: O Dia Internacional da PCD, dia 05 de dezembro, no Vasco Vasques, acontecerá a entrega de 200 primeiras cadeiras de rodas com o Excelentíssimo Senhor Governador, Wilson Lima. A Presidente relata que há cerca de 4 mil requerimentos de cadeiras de rodas, onde há a necessidade de entrega de 1.562, informa que abriu um requerimento para a compra de 1 mil cadeiras e que verá um orçamento para o ano que vem comprar mais mil, assim suprimindo a necessidade do restante de 562 cadeiras de rodas e ainda sobram quase 500 para que não haja a necessidade de espera. Que a vontade da Sra. Jussara é zerar essa necessidade das Pcd, e que tem anseio de que os membros conselheiros se aproximem do Governador, e gostaria de convidar os Conselheiros a participar da entrega no dia 05 de dezembro, que esse trabalho não é só da SEJUSC e sim também do CONEDE. Relata que tem uma proposta de criação de um projeto de Lei, que o custo das CR não fosse do gestor adquiri-las, que fosse criado um programa onde o recurso fosse voltado para esse projeto. A Sra. Jussara expõe situações sobre responsabilidades do município e estado em relação as pessoas com deficiência, cita a questão do Projeto Melhor em Casa, da Secretaria de Saúde, que há pessoas que não tem deficiência, mas que recebem fraldas tendo condições de adquiri-las. Que na questão das cadeiras de rodas, algumas pessoas receberam as CR e depois são vendidas. Para a entrega dessas cadeiras de rodas adquiridas pela SEJUSC, foi elaborado um termo que foi validado pela PGE, o qual é um Termo de Responsabilidade que o usuário não poderá solicitar uma nova CR por 3 anos, tendo todo critério de responsabilidade e que irá verificar a possibilidade de quando o usuário poderá receber a nova cadeira e ele deixar a antiga, pois em conversa com a Secretária da Criança e do Adolescente verá a viabilidade de reformar essas cadeiras para uma futura doação.

Pergunta da plenária de há alguma sugestão.

O Secretário Sr. Pedro pergunta sobre a medição das cadeiras, a presidente responde que elas foram medidas e que estão com laudos com o check list, e está verificando a possibilidade da entrega na região metropolitana de Manaus, informa também quanto aos tamanhos e qualidade, quanto a ser comum, postural e de banho, e suas respectivas entregas. Relata novamente a preocupação quanto a venda dessas CR que serão doadas,





e fala quanto aos sistemas para o cruzamento de informações das solicitações de CR, e que gostaria de priorizar a população do interior.

A Presidente fala do CIPTEA digital, que a pretensão é lançar no dia 05 de dezembro e aproveitar a oportunidade e fazer o senso de revalidação de quem já possui a carteirinha e depois partir para a PCD digital. A presidente pergunta se há alguém que tenha alguma ideia para dar para o dia 05 de dezembro, relata novamente que quer aproveitar a oportunidade para aproximá-los do Governador do Estado. A Presidente fala a possibilidade de na próxima reunião e confraternização, no dia 17 de dezembro, disponibilizar o certificado dos Conselheiros. A plenária dá a ideia para que alguns ativistas da causa PcD sejam homenageados no dia.

Dando continuidade no item da reunião: Discussões sobre as comissões temáticas, o Sr. Pedro Penalber fala que no regimento citam 10 comissões e após argumentação da plenária e o acolhimento das ideias ficaram as seguintes comissões:

Comissões Permanentes e Temporária:

1ª Saúde e Assistência Social – Permanente;

2ª Educação, Esporte e Lazer – Permanente;

3ª Transporte, Habitação e Acessibilidade – Permanente;

4ª Ética, Jurídico, Orçamento e Finanças – Permanente;

5ª Processos Administrativos e Regimento Interno – Temporária; e

6ª Comissão de Defesa e Proteção dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Permanente.

A Presidente pediu que todos os membros participem, sendo 4 membros por comissão, sendo compostos por 2 membros do Poder Público e 2 membros da Sociedade Civil. O Secretário Geral pediu que os membros sugerissem pelo WhatsApp a composição das comissões, para que discutíssemos na próxima reunião.

Sendo aprovada pelos membros conselheiros e suplentes presentes.





A Presidente agradeceu a presença dos membros e encerrou a reunião as 16:42, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata por mim Sra. Adélia de Fátima Assunção Dias como secretária sessão e assinada pelos membros da Diretoria abaixo:

Jussara Pedrosa Celestino da Costa
Presidente do CONEDE

Emília de Paiva Aguiar
Vice-Presidente do CONEDE

Pedro Santarém Penalber Junior
Secretário Geral do CONEDE|

